



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0002971-79.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação**
 Documento de Origem: **IP, BO - 007/2018 - Delegacia de Investigações Gerais de São Carlos, 3653/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **KEVIN BRUNO VERÍSSIMO CARACHESTER**

Justiça Gratuita

Aos 26 de junho de 2018, às 14:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **EDUARDO CEBRIAN ARAÚJO REIS**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **KEVIN BRUNO VERÍSSIMO CARACHESTER**, devidamente escoltado, acompanhado da Dra. Amanda Grazielli Cassiano Diaz, Defensora Pública. Iniciados os trabalhos foram inquiridas as vítimas Alexandre Viana de Oliveira e Aline Patrícia Sala Oliveira, as testemunhas de acusação (comuns) Francisco Pereira de Souza Neto e Renato Manoel Strozze. Ausente a testemunha comum Vítor Antonio Macedo, tendo havido desistência da oitiva da mesma pelas partes. O MM. Juiz homologou as desistências e passou a interrogar o réu ao final. A colheita de toda a prova (depoimentos das vítimas, das testemunhas e interrogatório do acusado) foi feita através de gravação em arquivo multimídia no sistema SAJ e nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419/06, sendo impressas as qualificações de todos em separado e anexadas na sequência. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso no artigo 180, caput, do Código Penal por ter recebido e ocultado em proveito próprio um tablet e cédulas em moedas cruzeiro, ciente da procedência criminosa. A ação penal deve ser julgada improcedente diante da fragilidade dos elementos probatórios. Consta que tanto o tablete como as notas de cruzeiro estavam em uma casa abandonada que é frequentada por usuários de droga. O tablet estava em uma estante, não sendo possível dizer que foi adquirido ou recebido pelo réu, embora este e o menor Vítor estivessem no local, haja vista que pelo que consta outros usuários lá frequentam e a aquisição do bem pode ter sido por parte de outro frequentador. Com relação as cédulas antigas, um dos policiais disse que o réu estaria manuseando as mesmas, mas, tratando-se de notas antigas, mesmo que se admita que as mesmas tenham, valor econômico, não é possível, com os elementos probatórios, se sustentar que o réu



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

tivesse conhecimento que as mesmas eram de procedência. Isto posto requeiro a absolvição do acusado. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: A Defesa reitera a judiciosa manifestação do Dr. Promotor de Justiça, requerendo a absolvição do acusado. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. KEVIN BRUNO VERÍSSIMO CARACHESTER**, RG 49.717.336, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 180, caput, do Código Penal, porque no período compreendido entre os dias 17 de dezembro de 2017 e 19 de dezembro de 2017, na Rua Guadalajara, nº 585, Jardim Cruzeiro do Sul, nesta cidade e comarca, após receber um tablet da marca Multilaser, bem avaliado globalmente em R\$ 250,00, ocultou-o em proveito próprio no endereço acima indicado, sabendo tratar-se de produto de crime, fazendo-o em detrimento das vítimas Alexandre Viana de Oliveira e Aline Patrícia Sala Oliveira. Consoante o apurado, no dia 17 de dezembro de 2017, durante o período da tarde, na Rua Fortunato Dovigo, nº 235, Centro, nesta cidade e comarca, a residência das vítimas foi invadida por indivíduo(s) desconhecido(s), oportunidade em que o tablet acima mencionado e os demais bens foram subtraídos. Posteriormente, no período compreendido entre os dias 17 e 19 de dezembro de 2017, o denunciado recebeu o tablet em tela e algumas cédulas antigas de “cruzeiros” de indivíduo não identificado, ao que os ocultou em uma casa abandonada situada na Rua Guadalajara, nº 585, Jardim Cruzeiro do Sul, nesta cidade e comarca. E tanto isto é verdade que, no dia 19 de dezembro de 2017, policiais militares realizavam patrulhamento de rotina pelo local dos fatos, quando avistaram o adolescente Vitor Antonio Macedo deixar uma casa abandonada em atitude suspeita, justificando sua abordagem. Ato contínuo, após apreenderem algumas porções de drogas com o aludido adolescente, os milicianos adentraram a referida residência, oportunidade em que se depararam com KEVIN BRUNO, ora denunciado, bem como com um tablet e doze cédulas de “cruzeiros”, bens posteriormente identificados como de propriedade de Alexandre e Aline, além de outras porções de droga, justificando a sua prisão em flagrante delito. No mais, o dolo do denunciado é manifesto. Primeiro, porque ele foi encontrado na posse dos bens da vítima pouco tempo após a prática do crime de furto e não apresentou qualquer documento ou justificativa que pudesse legitimar a posse deles. Segundo, porque durante audiência realizada perante o juízo da 3ª Vara Criminal desta cidade e comarca, nos autos do processo nº 0000251-12.2017.8.26.0555, KEVIN BRUNO confessou ter ciência de que os bens supramencionados eram produto de crime, inclusive afirmando que entrou na posse deles após perpetrar um roubo em local não condizente com o indicado no boletim de ocorrência. Recebida a denúncia (pag.55), o réu foi citado (pag.70) e respondeu a acusação através da Defensoria Pública (pag.74/75). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas duas vítimas e duas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

testemunhas de acusação (comuns) e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela absolvição por falta de provas, sendo acompanhado pela Defesa. **É o relatório. DECIDO.** A ação penal é improcedente. Ao cabo da instrução verifica-se que não é possível atribuir ao acusado a responsabilidade penal, porquanto a prova oral produzida em juízo não é suficiente para demonstrar, com segurança, a ocorrência dos fatos relatados na denúncia. Certo é que os objetos foram encontrados no local onde o acusado estava. No entanto, apurou-se que o local é frequentado por diversas pessoas, usuários de drogas, não se podendo atribuir ao réu a conduta descrita na denúncia. Interrogado em juízo, o réu negou a prática da infração penal que lhe é atribuída mencionando que estava no local do fato, mas que não tinha relação com os bens apreendidos. A prova judicial é insuficiente para infirmar sua versão. As vítimas Alexandre Viana de Oliveira e Aline Patricia Sala Oliveira relataram que o tablet e as cédulas antigas apreendidas foram subtraídas de sua residência e posteriormente restituídas a elas. Ocorre que, apesar da confirmação da origem ilícita da “res”, as circunstâncias são insuficientes para apontar, com precisão, que o réu estivesse na posse dos bens furtado. Nesse aspecto, os policiais militares Francisco Pereira de Souza Neto e Renato Manoel Strozze relataram que ingressaram em um imóvel utilizado por usuários de drogas, acrescentando que o tablet estava posicionado em uma estante. De acordo com as testemunhas, o réu e o adolescente Vitor Antonio Macedo estavam no local, o qual é frequentado também por outras pessoas. Na oportunidade, Vitor admitiu que os bens lhe pertenciam, ao passo que o acusado mencionou que não tinha relação com os bens. Dessa forma, inexistem elementos de prova nos autos quanto a esse aspecto, inviabilizando-se o reconhecimento de que o acusado tenha praticado o delito de receptação. Posto isso, **absolvo** o réu **KEVIN BRUNO VERISSIMO CARACHESTER** da acusação que lhe é dirigida, consistente na prática da infração penal prevista no artigo 180, “caput”, do Código Penal, o que faço com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS.** Eu, Cassia Maria Mozaner Romano, digitei.

MM. Juiz(assinatura digital):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):